



RESUMO: A REALIDADE DA CULTURA, de Regis de Moraes por Diogo Meneses Costa

De forma direta, a primeira herança que uma criança recebe ao nascer é dado o nome de cultura. De acordo com o antropólogo Clyde Kluckhohn, a cultura conceitua-se como “[...] nossa herança social, em contraste com a nossa herança orgânica. É um dos fatores importantes que nos permitem viver juntos numa sociedade organizada, fornecendo-nos soluções prontas aos nossos problemas, ajudando-nos a prever o comportamento dos outros e permitindo que os outros saibam o que esperar de nós”.

Todavia, tal herança não nos é imposta de uma forma perpétua. Toda herança cultural foi antes construída por seres humanos e transferida a seus sucessores, que por sua vez têm possibilidade de modificar ou melhorar os atributos culturais a eles apresentados. Moraes frisa que “essa é a razão pela qual sempre se costuma lembrar que o homem é pai das suas obras e, ao mesmo tempo, é filho delas”.

A cultura tem, como um de seus princípios, o cultivar da herança social que se acumula ao longo dos tempos. As modificações culturais que se desenvolveram por uma geração são transmitidas para a geração seguinte e para futuras gerações. A importância da cultura reside no fato de que ela proporciona os atributos que permitem ao homem se integrar em seu grupo social, sendo, portanto, essencial ao convívio do indivíduo na sociedade.

Tais ponderações são necessárias para entender o conceito de *herança social* definido por Kluckhohn, que defende a vida cultural como uma relação dialética estabelecida entre a liberdade (onde o homem é agente) e o condicionamento (onde o homem é paciente). Assim, sublinha: a) o poder organizacional da cultura; b) sua capacidade de acumular conhecimentos, com os quais são capitalizadas soluções que estão à disposição dos pósteros; c) sua promoção da previsibilidade, dentro de certos limites, quanto ao que esperar dos outros e quanto ao que os outros podem esperar de nós. Entretanto, todas estas características básicas da cultura devem ser consideradas no contexto de uma constante polaridade dialética que se cumpre na relação liberdade/condicionamento.

Cabe ressaltar que a realidade cultural não é resultado de uma *somatória* de pensamentos e ações individuais, e sim *síntese*: a integração unitária de ações particulares através de articulações de forma que instaure a possibilidade de configuração unitária. Em contrapartida, tal síntese coletiva se manifesta individualmente de acordo com cada contribuição pessoal, dando origem a uma realidade mais ampla e peculiar. Como exemplo, tem-se a denominada “arte egípcia”, formada pela contribuição de diversas manifestações individuais, acabando por criar uma identidade cultural unificada e facilmente reconhecida.

Mediante tais conceituações de cultura, seu conceito técnico surgiu somente no século XIX, o que não quer dizer que não tenha havido outras conceituações anteriormente. De acordo com estudo de Muniz de Resende, o sentido de cultura evolui da seguinte forma em diferentes contextos sócio-históricos:

- a) *No contexto medieval*: significando **privilegio de classe ligada aos estudos**. Universitários e monges eram os que tinham acesso a estudos mais avançados e, por isso mesmo, tiveram grande papel sociocultural no medievo;
- b) *No contexto renascentista*: apontando, segundo o ideal do tempo, para o **conhecimento do passado “clássico”**, com a preocupação do bem falar e do bem escrever;
- c) *No contexto enciclopedista*: o ambicioso **sonho de tudo saber**, na linha de uma cultura geral (exatamente enciclopédica);
- d) *No contexto evolucionista e positivista do século XIX*, a ideia de progresso em termos de ciência e técnica, que dá como consequências as noções de “países cultivados” e “países não cultivados”; ocasião em que se inicia o debate em torno da questão que interroga se os conceitos de **cultura e civilização** apontam para coisas distintas ou indicam, com dois nomes, uma só realidade;

e) *Ainda no contexto do século XIX* aparece, com o advento da etnologia, o sentido propriamente antropológico do termo em análise: “**A forma própria de um povo viver**”; o que deixa claro que, civilizado ou não, todo povo tem (e vive) sua cultura.

Muniz defende ainda que este último fundamento permite dissertar sobre um novo ramo da filosofia, aquele *da cultura*, interessada em analisar e refletir sobre o grau de “consciência de si” que uma realidade cultural é capaz de alcançar.

Foi com Edward Tylor que surgiu o primeiro conceito científico de cultura, afirmando que “cultura ou civilização, tomado em seu sentido etnográfico lato, é aquele todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, lei, costumes, assim como todas as capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”, o que pode ser sintetizado num conceito claro de “cultura é parte do ambiente feita pelo homem”- ou seja, absolutamente tudo que nasceu do mundo da inteligência, da intencionalidade e da habilidade do ser humano se objetiva em algo que é cultura.

Convém salientar aqui que os contatos entre culturas distintas são muito antigos, ou seja, há muitos anos que se descobriu as diferenças entre os homens. Porém, o que as ciências da cultura (em particular, a antropologia) propõem para o estudo destas diferenças se refere à universalidade do fato cultural, necessidade comum dos seres humanos.

Mas para que serve a cultura? A criação da cultura remete às fundamentais necessidades do homem enquanto estado humano, remetendo a princípios radicados na animalidade e na capacidade de simbolização desse “animal simbólico”. No caso de seres “irracionais”, a organização em sociedade, como em populações de abelhas e cupins por exemplo, ocorre por mera fatalidade biológica: são seres geneticamente especializados para a vida social. No caso dos seres humanos, é necessário um processo educador (ser adestrado, socializado), uma vez que seus aparatos genéticos estão situados em um complexo de virtualidades fortemente variáveis de acordo com o meio. O que permite aos seres humanos estruturar sociedades é uma compensação biológica à falta de especialização genética a uma vida social pré-definida: quer dizer, a capacidade de inteligência e criatividade.

Neste caso, é exigido do homem que faça cultura como fator de definição de sua *plenificação humana*: de acordo com as ideias de Aristóteles, a humanidade principia por existir em potência. Ela se concretizará de forma constatável na conquista da linguagem e na construção da cultura, de forma simultânea. Ou seja, um ser se torna plenamente humano quando, em seu desenvolvimento, passa a fazer parte de uma cultura e se relacionar com ela, questionando-a e até mesmo ajudando na formação da mesma através da relação com os outros indivíduos.

Exemplificando este conceito tem-se a base da criação de uma pessoa: ao “plantar” um ser humano num ventre, planta-se uma grande dúvida, diferentemente de um vegetal, do qual se espera o surgimento de um ser padronizado e definido. Embora dotado de características básicas, o ser humano em desenvolvimento é potencialmente todas as possibilidades humanas. O próprio conceito de *existência, do latim ex-sistere*, significa externalizar-se, significar.

Aqui convém insistir sobre a ideia do plenamente humano, proposta pelo autor. Trata-se da capacidade dos seres humanos de raciocinar, interpretar e questionar. Assim, a criação de símbolos e significados, originando e mudando a cultura pode ser pensada como forma de alcançar a plenitude humana. A ideia de democratizar a cultura, entendida como aumento do acesso aos bens culturais existentes, possibilitando que as pessoas possam desenvolver o seu próprio modo de ser e participar da comunidade, leva a pensar em meios para favorecer este alcance da plenitude humana.

Analisando-se aspectos cotidianos banais, observa-se que “a cultura é uma completa rede de signos densos e significados”. Desde objetos de uso cotidiano a requintadas expressões religiosas ou artísticas, desde o que fazemos para que nos mantenhamos vivos, até a urdidura de requintadas formas de convivência ricas de produções espirituais, exprime – tudo isso – os valores não apenas pessoais, mas também e, sobretudo, culturais. Assim, apresenta o autor que: a) o grande arranjo cultural tal como se apresenta não é um amontoado disparates onde uma parte não diz respeito a outra; ao contrário, a cultura é uma organização sempre dotada de sentido. b) o sentido existente nesta organização é constituído de muitos significados que interagem à semelhança dos elementos que participam de uma estrutura. E, sem dúvida, é fascinante empreendimento defrontar-nos com o primeiro e geral sentido, saindo à procura de captar os muitos sentidos que o compões. c) no entanto, há mais sentido. Afinal, o ser humano é movido pela necessidade, mas, atento à sua própria trajetória, descobre a dialética entre a necessidade e

possibilidade e, esta última, deflagrando sua imaginação, permite ultrapassar o cativo da necessidade. **De tal modo que uma liberdade redescoberta possibilita ao homem acrescentar sentido, na medida em que interpreta o contexto cultural.** Vale dizer: *“há mais sentido”*.

É essa constante redescoberta que leva o ser humano à construção de valores e que, em associação com futuras transformações históricas, leva-nos a discutir criticamente os valores já erigidos. Neste quesito, aponta Furter, filósofo suíço, que critica o chamado “valoretornismos” – conceito defendido pelo brasileiro Mário de Andrade. O autor defende a ideia de que nossos valores estejam sempre sujeitos à reavaliação. Entretanto de forma que fuja da armadilha de um subjetivismo valórico que institua o caos, “o processo de valoração é mais importante que os valores, pois ele os cria e os renova”.

O autor conclui apontando que o conceito de cultura vincula, acima de tudo, sentido, numa dialética entre valor e valoração. Cultura associa-se com o próprio conceito de existir: a essência humana vincula-se à sua capacidade de criar e manipular a cultura. **“O homem cria cultura, primeiro porque tem necessidade disto; depois porque descobre as possibilidades que tem de ultrapassar os escravizantes limites da necessidade. Inventa uma ponta de pedra lascada para caçar, porque tem um tipo de fome; e inventa o canto lírico, porque tem outro tipo de fome cujo alimento descobre que pode alcançar.”**